

Resumo

A pesquisa traz um enfoque do Programa Mais Educação em relação à questão da inclusão educacional. Tem como objetivo principal investigar o ponto de vista do público-alvo beneficiário do Programa em relação à questão da inclusão educacional. O objeto de estudo é analisado no interior da EMEIF Delma Hermínia no bairro Jangurussu, em Fortaleza, sendo ainda considerada a comunidade em seu entorno, de modo a compreender o processo de implementação do Programa na escola e as opiniões dos diversos sujeitos que interagem diretamente neste processo, a partir das narrativas dos mesmos, dentro da perspectiva metodológica de análise de conteúdo proposta por Bardin. Reflete sobre as concepções de educação integral e inclusão educacional fazendo uma interface das concepções apresentadas nos marcos legais e teóricos que fundamentam a proposta do Programa com as concepções de diversas teorias que abordam a dialética inclusão/exclusão. Trata-se, portanto, de uma pesquisa avaliativa de abordagem qualitativa, que busca contemplar as diversas facetas que perpassam o cotidiano escolar do público-alvo do programa, os alunos, de forma a compreender os sentidos e significados do referido programa para esse público, e assim confrontarmos as diferentes ideias acerca da questão da inclusão educacional, possibilitando a reflexão da mesma na perspectiva do olhar do próprio educando. Concluímos que, embora o Programa Mais Educação apresente em sua proposta pontos positivos que possam contribuir com o processo de inclusão educacional, o cotidiano do público-alvo do Programa revela facetas outras que colocam em “xeque” a proposta do Programa quanto à questão da inclusão educacional. Nossa pesquisa traz essas constatações que acabam por evidenciar o caráter compensatório do Programa.

Palavras-chave: Programa; educação integral; inclusão; e sentido.

Abstract: Evaluation of the “Mais educação” program: the issue of inclusive education

This research focus on the “MaisEducação” program relating the issues of educational inclusion. The goal is to investigate the beneficiary target’s point of view in relation to educational inclusion. The object of the study is analyzed indoors of EMEIF DelmaHermínia school, in the neighborhood of Jangurussu in Fortaleza,

and the surrounding community, in order to comprehend the process of the program implementation in school and impressions of various agents which interact directly in this process, starting from the narratives of the same, within the methodological perspective of content analysis proposed by Bardin. It reflects on the concepts of integral education and educational inclusion making an interface of the presented conceptions in the legal and theoretical marks which substantiate the proposal of the program with the concepts of various theories that approach the dialectic inclusion/exclusion. It is, therefore, an evaluative study with a qualitative approach, that seeks to contemplate the different factors pervade the daily school life of the program's beneficiary target, the students, seeking to understand the meanings of the referred program for this audience, so to confront different ideas on the issue of educational inclusion enabling the reflection of it in the perspective of the learner's own look. We conclude that although the "MaisEducação" program presents in its proposal positive aspects that can contribute to the process of educational inclusion, the daily routine of the program's beneficiary target reveals other facets that put in "check" the proposal of the program related to the issue of educational inclusion. Our study brings these observations that highlight the compensatory character of the program.

Keywords: Program; integral education; inclusion, and sense.

Resumen: Evaluación del programa "Mais Educação": la cuestión de la inclusión educativa

La encuesta se trae un foco del Programa Mais Educação em relación a cuestión de La inclusión educativa. Tiene como objetivo principal investigar el punto de vista del público objetivo Del programa em relación a cuestión educativa. El objetivo del estudio se analiza em el interior de La escuela E.M Delma Hermínia em Del barrio el Jangurussu, em ciudad de Fortaleza, y se condidera la comunidd em su entorno, del modo a comprender El proceso de implementación del programa em La escuela y las opiniones de los diversos sujetos que interactúan directamente em este proceso a partir de las narrativas de los mismos, dentro de la perspectiva metodológica de análisis Del contenido propuesta por Bardin. Refleja sobre las concepciones de educación integral e inclusión educativa haciendo una interfaz de las concepciones presentadas em los marcos legales y teóricos que fundamentan la propuesta del programa com las concepciones de diversas teorías que abordan la dialéctica inclusión/exclusión. Se trata, por lo tanto, de uma investigación evaluativa de abordaje cualitativa, que busca contemplar las diversas facetas que atraviesan el cotidiano escolar Del público objetivo del programa, los alumnos, de modo a comprender los sentidos y significados de dicho programa para esse público y así confrontar las diferentes ideas acerca de La cuestión de la inclusión educativa, possibilitando la reflexión de la misma em la perspectiva de la mirada del próprio educando. Concluimos que, aunque El programa mais educação presenta em su propuesta puntos positivos que puedan contribuir com El proceso de inclusión educativa, Del cotidiano Del público objetivo Del programa presenta facetas otras que ponen em "jeque" la propuesta del programa em cuanto la cuestión da inclusión educativa. Nuestra investigación trae esas constataciones que acaban por evidenciar Del carácter compensatório Del programa.

Palabras-claves: programa; educación integral; inclusión y sentido.

1. INTRODUÇÃO – ENTRELAÇANDO EXPERIÊNCIAS E A BUSCA POR NOVOS CONHECIMENTOS

A pesquisa surge do entrelaçamento das vivências como gestora pública e minha aprovação no Mestrado de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC). A busca pelo novo e a implantação do Programa Mais Educação na escola que geria tornaram-se elementos propulsores, operando como motivadores e incentivadores na determinação das fases sucessivas que constituíram o trabalho.

Em meados de 2009, quando assumi a direção, ocorreu a necessidade de operacionalização do Programa, tendo em vista que os recursos referentes à sua implementação já constavam nas contas da escola e corriam riscos de serem devolvidos ao Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sem a devida execução, tornando obrigatório conhecer toda a estrutura e funcionamento de forma a pôr o Programa em execução.

Ao mergulhar nos fundamentos teóricos, bem como sua prática, comecei a indagar sobre a possibilidade de obter êxito com a implantação do mesmo, e a me perguntar se o Programa Mais Educação faria, de fato, uma mudança significativa na vida dos alunos.

Como estudante do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas, vislumbrei a possibilidade de fazer uma avaliação desse Programa, considerando o pioneirismo do trabalho, sua relevância social e a pertinência no âmbito da avaliação de programas e projetos federais na área da educação.

O estudo trata, portanto, de uma avaliação do Programa Mais Educação, na EM Delma Hermínia em Fortaleza, no período de 2008 a 2011, cuja avaliação partiu do ponto de vista do público-alvo atendido pelo Programa, com o intuito de compreender os sentidos e significados do referido programa para este público quanto à questão da inclusão educacional.

A questão central levantada refere-se à: qual o ponto

de vista do público-alvo do Programa Mais Educação em relação à questão da inclusão educacional?

Para proceder com o desenvolvimento da pesquisa, outros questionamentos foram determinantes, dentre estes: Qual o ponto de vista do público-alvo do Programa em relação à educação integral? Que relação esse público vê entre educação integral e inclusão educacional e entre esta e as condições de melhoria de vida dos mesmos?

O objetivo da pesquisa consiste em investigar o ponto de vista do público-alvo do Programa Mais Educação em relação à inclusão educacional.

O estudo se caracteriza por uma pesquisa avaliativa com abordagem qualitativa que enfoca a participação dos principais sujeitos para Oliveira (1977, p. 17),

As abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade, problemas e hipóteses, bem como a interação entre as variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo das mudanças, criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

A metodologia pautou-se na análise de conteúdo de Bardin (1977, p 107) que é definida como:

Um conjunto de análises das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não), que permutam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo é interfaceada com as categorias de análise subjacentes no referencial teórico da proposta do Programa Mais Educação, dentre estas educação integral e inclusão educacional sendo a primeira subsidiada por autores como Moll(2008), Coelho (2009), Cavaliere (2002), e Guará (2010), que considera a educação integral como direito da cidadania da infância e da adolescência em suas múltiplas dimensões, focalizando especificamente a potencialidade educativa dos contextos não escolares.

1.1. Caracterização do Programa Mais Educação conceito e operacionalização

O Programa Mais Educação constitui-se em um dos Planos de Ações Articuladas (PAR), elaborado a partir do que demanda o Governo Federal, por municípios e estados, para o recebimento de transferências e assistência técnica, via Ministério da Educação e Cultura (MEC), que a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2007) colocou à disposição dos Estados, Distrito Federal e dos municípios instrumentos para avaliação e implementação de políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação.

Ele foi instituído pelas Portarias Normativas Interministeriais nº 17 e 19, de 24 de abril de 2007, e traz expresso em seu artigo primeiro que:

O programa tem como objetivo fomentar a educação integral do ser humano, por meio da articulação de ações de projetos e de programas do gênero Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos e conteúdos educacionais.

Conforme o referido texto o discurso pauta-se na construção de uma proposta de Educação Integral compactuada com o esforço do Estado mediante a oferta de políticas redistributivas para a melhoria da educação.

O texto elaborado pelo MEC considera ainda importante assumir que a situação de vulnerabilidade e risco social, embora não seja determinante, pode contribuir para o baixo rendimento escolar, para a defasagem idade/série e, em última instância, para a reprodução e a evasão escolares e cita a existência de estudos que segundo Henrique, (2001).

[...] permitem a identificação de correlação entre pobreza, distorção idade/série e dificuldades para a permanência na escola, violência e risco social, o que acaba contribuindo para a perpetuação dos ciclos intergeracionais de pobreza e revolta que não se trata de querer criminalizar ou patologizar a pobreza, mas, de construir soluções políticas e pedagógicas criativas para a promoção da inclusão educacional. (MEC, 2009 p. 12)

Neste sentido, o texto referência do Programa Mais Educação ressalta a hipótese de promoção de inclusão educacional através de uma proposta de educação integral. O texto enfatiza que

O direito à educação de qualidade é um elemento fundamental para a ampliação e para a garantia dos demais direitos humanos e sociais que dialogam com os processos escolares. O desafio que está posto, na perspectiva da educação integral, é o da articulação dos processos escolares, com outras políticas sociais, outros profissionais e equipamentos públicos, na perspectiva de garantir o sucesso escolar (MEC, 2009, p. 13).

É nessa perspectiva que o Programa Mais Educação se pauta no processo de construção de rede de saberes, sugerindo elaboração de propostas pedagógicas de educação por meio do diálogo entre saberes escolares e comunitários, através dos diversos equipamentos públicos que a comunidade dispõe.

a) Operacionalização do Programa Mais Educação

A implementação do Programa Mais Educação inicia-se pela apresentação da proposta, articulação e coordenação dos programas setoriais.

O programa conta em sua estrutura, com Comitês Metropolitanos, que agregam representantes das escolas, das secretarias de educação e da comunidade que elaboram planos de ação coletivamente. Esses comitês interrelacionam-se com a Coordenação Nacional do programa, com as escolas e as unidades executoras de cada território. (MEC, 2009, p. 27).

O programa é operacionalizado pela Secretária de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e destinado às escolas de territórios prioritários. As atividades foram organizadas nos respectivos macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Esporte e Lazer; Educação em Direitos Humanos; Cultura Artes e Educação Patrimonial; Cultura Digital; Prevenção e Promoção da Saúde; Comunicação e uso das Multimídias; Investigação no

campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica/Economia Criativa (MEC, 2012, p. 5).

Conforme manual de orientação do Ministério da Educação, a educação integral deverá ser implementada, preferencialmente, com a participação de 100 (cem) estudantes no Programa Mais Educação.

Cada turma deverá ser composta por 30 estudantes, que poderão ser de idades e séries variadas, conforme as características de cada atividade.

O trabalho de monitoria deverá ser desempenhado, de preferência, por estudantes universitários de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas que estejam em conformidade com as atividades a serem ministradas. Ainda poderão desempenhar a função de monitor do programa alunos da EJA e do Ensino Médio, desde que estejam aptos à respectiva atividade a ser desenvolvida.

b) Financiamento do Programa

O montante de recursos destinados a cada escola será repassado por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para conta corrente em nome da Unidade Executora própria (UEX) representativa da unidade escolar, liberado em duas parcelas. A primeira (60%) corresponde a seis meses letivos do valor de serviços, materiais de consumo e ressarcimento dos monitores, mais de 100% dos valores dos kits (custeio e capital). A segunda parcela (40%) será referente aos quatro meses letivos restantes.

Os kits são compostos por materiais letivos pedagógicos e de apoio indicados para o desenvolvimento de cada uma das atividades do programa.

Os recursos para alimentação escolar estão garantidos pela Resolução 67 de 28 de dezembro de 2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que estabelece o valor de R\$ 0,90 (noventa centavos de real) para os estudantes participantes

do Programa Mais Educação. Os recursos serão transferidos às Secretarias Estaduais e Distrital de Educação e as prefeituras municipais, que atenderão às escolas mediante envio de gêneros alimentícios ou repasse de recursos às Unidades Executoras, porém a liberação dos recursos está condicionada à apresentação do plano de atendimento da escola, cada escola deverá estabelecer no plano o diagnóstico da escola incluindo os índices referentes ao desempenho acadêmico dos alunos, dentre outros, tais como espaços físicos, equipamentos, questões pedagógicas e relacionadas à gestão da escola, sendo imprescindível o quantitativo de alunos que deverão ser atendidos.

As escolas têm, portanto, relativa autonomia na condução dos recursos, de forma a viabilizar o funcionamento do programa.

2. PROPOSTA CONCEITUAL DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

A proposta do programa traz diversos elementos que a identificam com a compreensão de educação integral apresentada por Guará (2010, p. 78), considerando ainda que a autora propõe discutir educação integral “ampliando a perspectiva sobre sua efetivação na escola e além dela”.

Nesse contexto, pontua que:

A educação integral, legalmente assegurada pelo paradigma da proteção integral das leis da infância e adolescência, permite pensar na exigibilidade desse direito para todas as crianças. A população mais vulnerável precisa ter acesso às políticas públicas de qualidade e às patês que acelerem sua inclusão no mundo da cidadania.

A aprendizagem é um caminho privilegiado para a inclusão social, mas precisa de uma pedagogia que numa perspectiva de equidade incorpore novas estratégias e movimentos em prol da educação integral. Desse pensamento comunga Torres (2006, p. 78), quando considera que,

A construção da oferta de educação integral implica a participação social de forma a orientar, influenciar e decidir sobre os assuntos públicos, trata-se da instituição de uma permanente mobilização para a

formação e o reconhecimento da diversidade como “patrimônio imaterial fundamental da sociedade”, incentivando a educação ambiental e o respeito aos direitos humanos, que efetivam a cidadania.

O texto do Programa Mais Educação, ao fazer referência à proteção social, amplia a possibilidade de construção de uma proposta de educação integral pautada sob a égide dos direitos sociais.

Ao refletir sobre essa importância, Guará (2006, p. 97) ressalta que:

A população das escolas públicas que mais demandam uma educação integral é constituída, em parte, pela infante-adolescência, cujas famílias ainda se mantêm em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco social, por isso se torna necessário pensarmos a educação integral conjugada com outras políticas que considerem, além da educação, outras demandas dos sujeitos, a mais básica, é de uma sobrevivência digna. (grifos nossos).

Neste contexto, o texto-referência do programa esclarece que há estudos que permitem identificar forte correlação entre situação de pobreza, distorção série/idade e dificuldades para a permanência na escola, o que acaba contribuindo para a perpetuação dos ciclos intergeracionais de pobreza (Henrique, 2001, p. 12, citado no documento), e expõe que não seria uma questão de patologização da pobreza “mas de construção de soluções políticas e pedagógicas para combater às desigualdades sociais e promover a inclusão educacional”.

A grande questão é: como podemos promover a inclusão educacional, sendo o espaço escolar muitas vezes reprodutor dos processos de exclusão? Conforme Carvalho (2011, p. 63), “para promover a inclusão (de todos os alunos) no espaço escolar, precisamos enfrentar os mecanismos excludentes que ocorrem no seu dia a dia”. E complementa: [...] “para enfrentar esses mecanismos, precisamos intervir no sistema educacional, ampliando, diversificando suas ofertas, aprimorando sua cultura e prática pedagógica e principalmente, articulando-o com todas as políticas públicas”.

As considerações da autora nos remete pensarmos inclusão educacional em sentido amplo, de forma a

superar o conceito reducionista que concebe a inclusão somente aos portadores de deficiência. Isso implica, portanto, um desafio ainda maior de transformação do ambiente escolar num espaço de respeito às diversidades e complexidade de cada sujeito imbricado nesse espaço.

Partindo do pressuposto que sugere o texto-referência do Programa Mais Educação, trata-se de “construir soluções políticas e pedagógicas criativas e consequentes para o combate às desigualdades sociais e para a promoção da inclusão educacional” (Série Mais Educação, MEC, 2009, p.12).

A análise da inclusão educacional enquanto categoria não se constitui tarefa fácil, pois ela é em si mesma parte de um processo complexo que se configura em vários aspectos da vida social, implicando no caráter multifacetado da inclusão e que, portanto, precisa ser entendida na complexidade de suas dimensões. Neste sentido, nossa análise se identifica com a proposta acerca da inclusão trazida por Sawaia (2011, p. 8), considerando que:

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição de ordem social, desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações que se desdobram para fora do econômico. Portanto [...], o que se tem é a dialética inclusão/exclusão.

Sawaia (2011) ressalta que para tratarmos concretamente do tema da exclusão, é necessário precisar o espaço de referência que provoca a rejeição (categoria fundamental), conforme o autor, qualquer estudo sobre o tema deverá ser contextualizado no espaço e tempo ao qual o fenômeno se refere.

A escola e outros espaços educativos indicados na proposta do programa, como espaço de referência e a inclusão educacional como categoria fundamental, foi analisada no âmbito desta pesquisa a partir da dialética inclusão/exclusão. Dessa forma, consideramos que a proposta de educação integral pautada nos pressupostos teóricos que

fundamentam o Programa Mais Educação traz implícito que a educação integral surge como “alternativa de equidade de proteção para os grupos mais desfavorecidos da população infanto-juvenil” (Guará, 2010, p.67), “[...] considerando a situação de vulnerabilidade e risco a que estão submetidas [...], institui o Programa Mais Educação que tem finalidade: apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo [...]” (art. 2º, I).

Tomando por referência as assertivas acima, podemos inferir o caráter de inclusão transitória aos excluídos socialmente, sendo os mesmos, grosso modo, “incluídos” no processo educacional, por estarem num primeiro momento “assistidos” em tempo integral e não em situação de vulnerabilidade e risco que lhes é imposta, por estarem nas ruas, por

exemplo.

O caráter de inclusão transitória, nos leva à reflexão de que há processos de inclusão, portanto, processos de exclusão. Neste sentido, podemos ressaltar que “a exclusão contemporânea se inscreve num contexto diferenciado dos existentes anteriormente e que os desdobramentos dessa exclusão atingem a quase totalidade da vida social, visíveis na gestão do território, nas formas de difusão culturais e nos problemas educacionais” (Fontes, 1995, p. 29).

Assim, buscamos demonstrar no quadro abaixo alguns relatos apresentados pelos meninos em rodas de conversas acerca da definição de inclusão/exclusão.

Quadro I - Relato do público-alvo do Programa Mais Educação E.M Delma Hermínia, quanto à questão da inclusão educacional.

Categoria de análise	Unidade de contexto
Inclusão educacional ou Exclusão educacional	“Fazer a tarefa e participar das atividades na sala de aula me ajuda a aprender , se a escola é pra mim e eu vou, “estou incluído” (grifo nosso), se não vou por qualquer coisa, “estou excluído” (grifo nosso)”. (aluno do 7º ano).
	“Acho que estar presente na escola é bom, mas quando meu pai bebe e briga com minha mãe, não consigo dormir e não vou à escola no outro dia, então estou fora .” (aluna do 6º ano).
	“ Venho pra escola , mas não tenho vontade de estudar , venho mais por causa da merenda, fico “incluído” (grifo nosso) na escola, mas às vezes não vou para a sala de aula.” (aluno do 8º ano).
	“O programa é bom porque fazemos outras atividades , que não é dever de classe. A capoeira e o grafite eu adoro, posso fazer os meus desenhos e isso me dá vontade de aprender .” (aluno do 7º ano).
	“O Mais Educação é pra gente aprender mais , só que o melhor é a dança e o lanche, os professores também são legais.” (aluna do 6º ano).

Fonte: Elaborado pela autora a partir da formação do grupo de discussões relativas à inclusão educacional (2013).

Nos depoimentos expostos no quadro, podemos observar através das falas dos alunos, o entendimento da inclusão na perspectiva do “fazer parte de...” e exclusão como “não fazer parte de algo”.

O que as “falas” nos revelam no momento é que um simples movimento de “estar dentro” ou “fora” da escola, pode ocorrer por fatores de várias ordens que se processam na mentalidade das crianças de forma a externarem sentimentos de medos, revolta, gostos, afetos e outros que vão ao encontro do que buscaremos entender para responder para quem acontece a inclusão educacional e para quê.

Podemos perceber nos relatos que algumas situações descritas representam variadas formas e sentidos que podem advir da relação inclusão/exclusão que conforme Xiberras (1993, citado por Wanderley, 2011, p. 17) “sob esse rótulo estão contidos inúmeros processos” que aparecem como uma série de manifestações [...] provocadas por rupturas de vínculos sociais.

Alguns estudiosos da questão concluem que do ponto

de vista epistemológico, o fenômeno da exclusão é tão vasto que é quase impossível delimitá-lo. Fazendo um recorte “ocidental” poder-se-ia dizer que excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos de nossos valores (Xiberras, apud Wanderley, 2011, p.17).

Partindo do entendimento do que nos traz Xiberras (1993), e para compreensão do contexto que por ora analisamos, referimo-nos às categorias “inclusão educacional” e “exclusão educacional”, dentro da perspectiva ocidental assinalada pelo autor, embora possa parecer um reducionismo, o que nos irá interessar é o universo simbólico dos sentidos trazido pelo público-alvo de forma a permitir a relação dessas narrativas com as referidas categorias de análise.

Para tanto, vamos apresentar o quadro II, cujo conteúdo tratará da temática em análise, composta em uma palavra-tema e o contexto das narrativas dos alunos que denotará o sentido trazido pelo público-alvo em relação à questão da inclusão educacional proposta nos marcos legal e teórico do programa.

Quadro II - Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007, Série Mais educação – MEC 2009- Narrativas do público-alvo do programa (2013).

Termos	Sentido
Tempo Integral Ações socioeducativas (parágrafo único portaria nº 17/2007)	“É legal passar o dia na escola fazendo outras atividades.” (aluno do 7º ano)
Espaço Educativo (tem?) (art. 2º, I)	“Só o espaço da escola não é legal, queria ir passear noutra canto...” (aluno do 6º ano).
A portaria considera [...] outras formas de violação dos direitos ; (portaria interministerial nº 17/2007)	“A gente fica por causa do lanche...” (aluno do 8º ano).
Art. 2º, II - contribuir para a redução da evasão, de reprovação [...]. (portaria interministerial art. 2º, II)	“Não gosto das aulas, só gosto das oficinas, venho para a escola, mas não vou para a sala de aula.” (aluno do 8º ano).
Promover a aproximação entre a escola, às famílias e as comunidades , mediante atividades que visem à responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar . (art. 2º, VII).	“A minha mãe trabalha o dia todo e eu não tenho pai, aí venho fazer parte do programa porque não tenho com quem ficar em casa.” (aluno do 6º ano).

Fonte: Elaborado pela autora a partir da normativa interministerial 17/2007, cadernos Série Mais Educação, MEC, 2009 e as narrativas de vida do público-alvo do programa (2013).

Na perspectiva dos sentidos trazidos pelo público-alvo do Programa podemos analisar a problemática “inclusão educacional para quem e para quê?”.

Para esta análise, portanto, traremos o pensamento de Martins (2007), para quem “o grande problema da exclusão não está nela, mas no tipo de inclusão que ela gera uma inclusão degradante” (p.29).

E complementa que “a exclusão é apenas o momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação”. (p.18)

Neste sentido, buscamos orientar nosso desfecho acerca da questão da inclusão educacional dentro do entendimento de que sob a ótica do público-alvo podemos inferir que estar participando do Programa, bem como realizando as atividades por ele propostas, nem sempre apresenta para eles esta condição de “includentes”.

Os sentidos apresentados pelo público-alvo acerca da inclusão se colocam como fatores de desdobramentos dos processos de exclusão que caracterizam a dialética inclusão/exclusão. Fontes (1995, p. 29) aponta que: “os desdobramentos dessa exclusão atingem a quase totalidade da vida social, visíveis nas formas de difusão culturais e nos problemas educacionais”.

Ao ressaltarem as contradições, reveladas pelas falas, quanto ao processo de inclusão a partir da participação deles no Programa, detectamos nas mesmas o caráter transitório, por assim dizer, da inclusão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos que percorremos ao longo desta pesquisa nos mostrou claramente ainda estarmos pisando em um espaço carente de fundamentação teórica no campo educacional, no que tange os aspectos relacionados às categorias de relevância em nossa pesquisa: a educação integral e a inclusão educacional considerando que, embora existam alguns estudos acerca do Programa Mais Educação, este ainda não havia sido analisado sob a perspectiva da inclusão educacional.

As narrativas deram início a um processo longo e, em alguns momentos, doloroso, considerando a complexidade do universo de vida dessas crianças. No entanto, estava ali para extrair o melhor delas: o pensamento, e quanto a isto as expectativas não só foram atendidas como superadas.

Podemos identificar a partir dos “Quadros dos Sentidos” o ponto de vista do público-alvo do programa acerca da inclusão educacional e da exclusão educacional. Os alunos relacionam o processo de inclusão educacional a questões que não se limitam ao ambiente escolar, dentre estes: acompanhamento familiar; lazer; direito à liberdade; postura didático-pedagógica do professor e acesso ao material escolar.

Os alunos, embora reconheçam aspectos positivos do programa, não consideram que o mesmo seja indicativo de inclusão educacional, e pontuam que em alguns momentos sentem-se incluídos no processo educacional e em outros sentem-se excluídos desse processo.

Assim, ter notas boas e altas, do ponto de vista do público-alvo, implica estar incluído. Ler, mas não conseguir interpretar configura-se em processo de exclusão e consideram que estes se relacionam a diversas facetas do cotidiano citando entre estes: tratamento desigual com os filhos; passar fome; não ter direito de sonhar; não assistir aula mesmo estando na escola; falta de comunicação com os pais; ser agredido pela família.

As mensagens trazidas pelo público-alvo também nos levam a refletir o quanto que se despreza, muitas vezes, o próprio potencial da criança manifesta em seu pensamento, sua expressão, seu conhecimento, suas diferenças. Neste sentido, podemos inferir que além do reconhecimento das diferenças, há que se promover a igualdade a partir da troca de conhecimentos que residem nessas diferenças.

Podemos concluir, portanto, que o Programa Mais Educação tem em sua gênese um caráter compensatório que busca contribuir para a compensação de “carências culturais e sociais”

como forma de dirimir as desigualdades educacionais, constituindo-se em um dos mecanismos dos governos de impor à escola o desafio de preencher lacunas dos problemas sociais que enfrentam nossas crianças e adolescentes e que estão aquém da escola. Dessa forma, o Programa Mais Educação emerge como uma alternativa de política pública assistencialista aos menos favorecidos e de atendimento a interesses outros.

É preciso, nesta perspectiva, olhar além do que está posto, buscando rastrear o oculto, descrever o observável e detalhar com precisão o que se escuta, de forma a apreender a essência das coisas, desvelando assim o que, às vezes, nos parece inalcançável, mas que em algum momento se faz permitido, quando buscamos ficar atentos aos sentidos que se colocam à nossa interpretação e desempenhamos um papel muito maior na sociedade somos sujeitos ativos do processo, pois essa transformação começa com cada um, a partir de um novo olhar. Hoje, direciono meu olhar em relação à questão da inclusão educacional na perspectiva do ponto de vista do público-alvo contemplado nesta pesquisa.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 277 p.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de jul 1990.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

_____. Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007^a.

_____. MEC, Compromisso Todos pela Educação: passo a passo. Brasília, DF: MEC, 2007g.

_____. MEC, Redes de Aprendizagem: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender. Brasília, DF: MEC, 2008. 103p.

_____. MEC. Educação Integral: texto referência para o debate nacional. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009b. 52p.

_____. MEC. Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programa. Brasília, DF: MEC, 2007.

_____. MEC. Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2009^a. 104 p.

_____. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças adolescentes e jovens, por meio de apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr.2007b.

_____. Portaria Normativa Interministerial nº 19, de 24 de abril de 2007. Estabelece as diretrizes para a cooperação entre o Ministério da Educação

DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 25. Campinas SP. 10^a Ed. Editora Autores Associados. 2010.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 61. Campinas, SP. 2ª Ed. Editora: Autores Associados, 2002.

GUARÁ, I. M.F. R. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. In: MAURICIO, L. V. (org). **Educação integral e tempo integral**. INEP: Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, abr. 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Alguns aspectos da política educacional do governo Lula e sua repercussão no funcionamento das escolas. **Revista HISTEDBR**, nº 32. P. 168-178. Dez. Campinas, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção: Temas de atualidade)

MOOL, Jaqueline. Educação integral na perspectiva da reinvenção da escola: elementos para o debate brasileiro. Salto para o futuro: Educação Integral. Ano XVIII **boletim 13** – agosto de 2008. P. 11-16.

PARO, V. H. Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade. In: COELHO, L. M. C. da C. (org.) Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo. Petrópolis, RJ: DP et al; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão, análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SPOSATI, Aldaíza. **A fluidez da inclusão/exclusão social**. São Paulo: Ciência e Cultura, n. 4, 2006.